



ISSN on-line: 2238-4170

<http://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/gestaocontemporanea>

Gestão Contemporânea, v.15, n.2, p. 48-76, nov. 2025.

DOI: 10.5281/zenodo.17834700

ARTIGO ORIGINAL

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E APOSENTADORIA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS BRASILEIROS

ORIGINAL ARTICLE

FINANCIAL EDUCATION AND RETIREMENT: AN ANALYSIS OF THE CONTRIBUTIONS FROM BRAZILIAN STUDIES

Ithana Freitas Gomes¹

Francisco Laércio Pereira Braga²

Ezequiel Alves Lobo³

Universidade Estadual do Ceará - UECE, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as principais discussões e contribuições dos estudos brasileiros recentes que abordam a temática da educação financeira e sua relação com a aposentadoria no Brasil, com foco em publicações realizadas entre 2015 e 2025. A pesquisa é de natureza bibliográfica, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos nacionais que tratam de temas como aposentadoria, educação financeira, planejamento financeiro e comportamento de consumo. Os resultados evidenciam a carência de educação financeira adequada entre os brasileiros, especialmente entre os idosos, o que impacta negativamente na capacidade de organização do orçamento doméstico e na prevenção do superendividamento. Conclui-se que o estímulo à educação financeira desde a juventude é fundamental para assegurar maior autonomia e estabilidade financeira na velhice. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas que incentivem o planejamento financeiro ao longo da vida laboral.

Palavras-chave: Aposentadoria; Planejamento Financeiro; Finanças Pessoais; Superendividamento.

Abstract

This study aims to analyze the main discussions and contributions of recent Brazilian research addressing the topic of financial education and its relationship with retirement in Brazil, focusing on publications from 2015 to 2025. The research is bibliographic, descriptive, and exploratory in nature, with a qualitative approach, based on the analysis of national scientific articles that cover topics such as retirement, financial education, financial planning, and consumer behavior. The results show a lack of adequate financial education among Brazilians, especially the elderly, which negatively impacts their ability to manage household budgets and prevent over-indebtedness. It is concluded that promoting financial education from an early age is essential to ensure greater autonomy and financial stability in old age. Furthermore, the importance of public policies that encourage financial planning throughout working life is highlighted.

Keywords: Retirement; Financial Planning; Personal Finance; Over-indebtedness.

¹ Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: Ithana.gomes@aluno.uece.com.

² Doutor e Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor do Curso de Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: laercio.braga@uece.com.

³ Doutorando e Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (PPGA - UECE) e Professor assistente do curso de administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: ezequiellobo2013@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno cada vez mais expressivo e traz consigo desafios significativos para a estrutura previdenciária e para a saúde financeira dos aposentados. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2030 o número de idosos deve ultrapassar o de crianças e adolescentes no país, tornando a questão da segurança financeira na velhice um tema de urgente debate (IBGE, 2023).

Apesar de sua importância, estudos demonstram que a maioria dos brasileiros não se prepara adequadamente para a aposentadoria. Pesquisa realizada por Abrantes-Braga e Veludo-de-Oliveira (2020) afirmam que fatores como baixa educação financeira, comportamento impulsivo e ausência de planejamento de longo prazo impactam negativamente a preparação financeira para a terceira idade. Esse despreparo resulta, muitas vezes, em uma dependência exclusiva do benefício previdenciário, que, conforme dados do Ministério da Previdência (Brasil, 2024), concentra 70% dos pagamentos em valores equivalentes a apenas um salário-mínimo.

O aumento do endividamento entre idosos é outro aspecto alarmante. De acordo com Silva (2021), o crescimento do crédito consignado como principal ferramenta de acesso ao crédito para aposentados gerou uma vulnerabilidade financeira preocupante, expondo essa população a riscos de superendividamento e comprometimento de sua renda mensal.

Dessa forma, como destaca Melo (2018), a crescente presença dos idosos na população brasileira configura um grupo ativo e relevante de consumidores com 60 anos ou mais, que demandam atenção especial nas relações de consumo devido às suas características pessoais e vulnerabilidades específicas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender os fatores que influenciam o planejamento financeiro dos aposentados brasileiros, bem como discutir estratégias de prevenção e intervenção. O fortalecimento da educação financeira, aliado a políticas públicas de proteção ao idoso consumidor e à adoção de práticas mais conscientes de gestão pessoal de recursos, desponta como caminhos essenciais para garantir uma aposentadoria mais segura e digna.

Apesar do avanço das pesquisas sobre educação financeira e aposentadoria no Brasil, ainda existem lacunas relevantes, como a escassez de estudos voltados a populações mais vulneráveis, a limitação de artigos disponíveis para consulta e a ausência de investigações que considerem as diferenças regionais do país. Essas lacunas reforçam a importância de aprofundar a discussão sobre o tema e ampliar a produção científica que subsidie políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Este trabalho propõe-se, assim, a analisar o papel da educação financeira e sua influência no planejamento financeiro dos aposentados no Brasil a partir de um estudo bibliográfico entre 2015 e 2025 em periódicos brasileiros, de modo a identificar as principais discussões teóricas e empíricas sobre as causas de sua vulnerabilidade econômica. Assim, tem-se a seguinte questão de pesquisa: como os estudos brasileiros investigam a relação entre educação financeira e aposentadoria diante das vulnerabilidades econômicas? Diante deste panorama, o objetivo deste trabalho é analisar as principais discussões e contribuições dos estudos brasileiros recentes que abordam a temática educação financeira e aposentadoria dos brasileiros entre 2015 e 2025.

O presente estudo justifica-se diante da crescente preocupação com a saúde financeira dos aposentados no Brasil, em um contexto de acelerado envelhecimento populacional e de fragilidade da previdência social. Conforme projeções do IBGE (2023), o país caminha para uma inversão etária histórica, o que torna imprescindível a análise de fatores que impactam a qualidade de vida na terceira idade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização financeira no Brasil é reconhecida como um dos pilares fundamentais para a construção da estabilidade financeira ao longo da vida e, sobretudo, na aposentadoria (Dias; Silva, 2024). O desenvolvimento de competências para gerir finanças pessoais desde a juventude é determinante para garantir que o indivíduo tenha condições de manter seu padrão de vida após o término da vida laboral (Souza; Nievas, 2021).

A educação financeira surge como um instrumento essencial para aprimorar as decisões financeiras individuais e coletivas, com impactos positivos tanto para quem toma as decisões quanto para toda a sociedade (Floriano; Flores; Zuliani, 2020). Essa perspectiva reforça a importância de incorporar o tema na formação de cidadãos

conscientes e capazes de lidar com as complexidades do ambiente financeiro contemporâneo.

Nesse sentido, Abrantes-Braga e Veludo-de-Oliveira (2020) destacam que a ausência de educação financeira adequada entre os idosos constitui uma das principais causas das dificuldades enfrentadas nessa fase da vida. A falta de domínio sobre temas como orçamento, investimentos, juros e inflação compromete o planejamento de longo prazo e expõe os aposentados a riscos significativos de endividamento e insolvência.

Essa vulnerabilidade é ainda mais acentuada no cenário atual, em que o ambiente financeiro se apresenta cada vez mais complexo. Conforme aponta Lusardi (2019), a variedade crescente de produtos e serviços financeiros, que inclui desde cartões de crédito até fundos de investimento e fintechs, exige que os indivíduos estejam melhor preparados para tomar decisões informadas. A autora enfatiza que compreender o nível de conhecimento financeiro das pessoas e como isso influencia suas escolhas é essencial para promover o bem-estar financeiro individual.

Adicionalmente, Lusardi e Mitchell (2013) afirmam que, apesar do crescimento das oportunidades de crédito e do acesso facilitado a novos produtos financeiros, muitos indivíduos não possuem o conhecimento financeiro necessário para gerenciá-los de forma adequada. Essa lacuna de compreensão agrava ainda mais a vulnerabilidade financeira, especialmente em momentos de maior exposição a empréstimos e endividamentos.

Nesse contexto, Melo (2018) observa que a falta de informação adequada é um fator crítico para o superendividamento, já que o consumidor sem acesso a dados claros e precisos não consegue avaliar corretamente as condições contratuais e, como resultado, pode assumir obrigações que não tem condições de cumprir, acumulando dívidas. Além disso, o autor destaca que, para os consumidores idosos, essa questão da informação se torna ainda mais sensível e essencial, dada sua maior vulnerabilidade e características específicas de fragilidade social (Melo, 2018).

Complementando essa perspectiva, Oliveira, Demito e Silva (2023) reforçam que a saúde financeira é fundamental para a estabilidade pessoal e o alcance de metas de vida. Segundo os autores, o entendimento de noções básicas como orçamento, poupança e investimentos permite uma gestão mais eficaz dos recursos,

enquanto a carência desses conhecimentos pode resultar em decisões equivocadas, excesso de dívidas e impacto direto na qualidade de vida.

Além disso, pesquisas evidenciam uma disparidade entre a percepção que os brasileiros têm sobre seu próprio conhecimento financeiro e a realidade prática. Embora uma parcela significativa da população acredite estar preparada para lidar com suas finanças, uma quantidade expressiva admite não conhecer conceitos básicos nem controlar seus gastos. Isso sugere um descompasso entre o entendimento subjetivo sobre educação financeira e o verdadeiro domínio necessário para uma gestão financeira saudável (Dorea; Silva, Baptista, 2018).

Outro aspecto importante a ser considerado no contexto da saúde financeira dos idosos é o impacto do aumento da longevidade e da prevalência de doenças crônicas sobre o orçamento familiar. Estudos mostram que, nas famílias em situação de maior vulnerabilidade, o peso dos gastos com medicamentos tem aumentado de forma significativa, especialmente devido à maior demanda por tratamentos de condições crônicas como doenças cardiovasculares, diabetes e colesterol elevado, cuja ocorrência tende a crescer com o avanço da idade (Lima-Costa; Matos; Camarano, 2006; Veras, 2009; Barros *et al.*, 2011; Lima-Costa *et al.*, 2011; Garcia *et al.*, 2013).

Esse cenário se agrava ao se considerar a ocorrência dos chamados gastos catastróficos com saúde, situações em que os custos com cuidados médicos ultrapassam uma parcela significativa da renda familiar. Estima-se que cerca de 150 milhões de pessoas, anualmente, no mundo, enfrentam esse tipo de despesa, o que compromete diretamente sua capacidade de manter a estabilidade financeira (OMS, 2010; Wagstaff; Van Doorslaer, 2003; Boing *et al.*, 2014).

Adicionalmente, observa-se que o provimento privado de assistência à saúde é mais comum entre os estratos econômicos favorecidos, sendo consideravelmente mais difícil de ser acessado pelas famílias em situação de pobreza. Isso reforça o quadro de desigualdade e vulnerabilidade entre os idosos de baixa renda, que enfrentam limitações tanto no acesso quanto na capacidade de custeio de cuidados essenciais (Andrade; Noronha; Oliveira, 2006).

De forma consistente com esses dados, estudos internacionais indicam que pessoas mais velhas, com menor renda e patrimônio, especialmente aquelas casadas, tendem a adotar menos comportamentos recomendados em termos de

planejamento e gestão financeira, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade no período da aposentadoria (Fong *et al.*, 2021).

Nesse contexto, Moraes *et al.* (2022) apontam que, entre os idosos com planos de saúde, aqueles com menor renda e idade mais avançada são os que comprometem maior parcela de sua renda com o pagamento desses planos, exatamente os que também fazem maior uso dos serviços médicos. Essa condição amplia os riscos de fragilidade financeira no envelhecimento.

Além desses fatores, Vaz de Melo, Teixeira e Silveira (2017) observam que o nível de escolaridade dos chefes de família e seus cônjuges, em todos os arranjos familiares estudados, é bastante baixo, sendo a maioria composta por indivíduos com apenas o ensino fundamental completo. Esse fator contribui diretamente para a vulnerabilidade financeira e as limitações na compreensão e gerenciamento das finanças, especialmente entre idosos.

Por fim, Sieradzki e Moreira (2021) destacam que o superendividamento pode decorrer de múltiplos fatores, como o consumo descontrolado ou a atuação de fornecedores que agem de má-fé. Os autores explicam que o fenômeno consiste no agravamento do endividamento pela insuficiência de recursos para honrar as dívidas assumidas, tornando a situação ainda mais delicada para os idosos, que possuem menor capacidade de adaptação a essas condições.

Um ponto de destaque adicional foi observado por Santos, Rodrigues e Nunes (2021), que apontam que muitos idosos relataram não conseguir guardar dinheiro, pois sempre que dispunham de algum valor extra, o impulso imediato era gastá-lo. Esse comportamento, segundo os autores, pode ser parcialmente explicado pelo contexto histórico da economia brasileira, em que muitos desses idosos viveram períodos de inflação descontrolada, precisando comprar e estocar produtos diante da incerteza de preços futuros. Além disso, o bloqueio das poupanças durante certos momentos da história brasileira teria contribuído para uma desconfiança ou falta de disposição em poupar, o que se reflete ainda hoje no comportamento financeiro dessa população.

Cabe ressaltar, ainda, a importância da contribuição dos idosos para a renda familiar. Faustino *et al.* (2020) evidenciam que a maioria dos idosos brasileiros exerce papel central na economia do lar, seja como chefe de família (85% dos casos) ou

como beneficiário de políticas sociais e aposentadorias. Mesmo quando não ocupam formalmente a posição de chefe de domicílio, 85% dos idosos recebem algum tipo de rendimento, reforçando sua relevância para a sustentabilidade financeira da família.

Sendo assim, Vasconcelos, Silva e Fontes (2017) destacam que é necessário ampliar as informações relacionadas aos diferentes tipos de crédito que podem ser contratados pelos idosos, abordando as vantagens e desvantagens de cada serviço, as taxas de juros e encargos incidentes, as penalidades em caso de rescisão contratual e, principalmente, as estratégias para lidar com a renda e o orçamento doméstico após a contratação do crédito.

METODOLOGIA

O CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico, descritivo e exploratório, buscando compreender, a partir da análise de publicações científicas, como a educação financeira tem sido relacionada ao planejamento para a aposentadoria no Brasil.

A revisão bibliográfica sistemática, segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em materiais já publicados, como livros, artigos científicos e documentos acadêmicos, possibilitando a compreensão e a contextualização das diferentes abordagens relacionadas à educação financeira e sua importância para o planejamento financeiro na terceira idade.

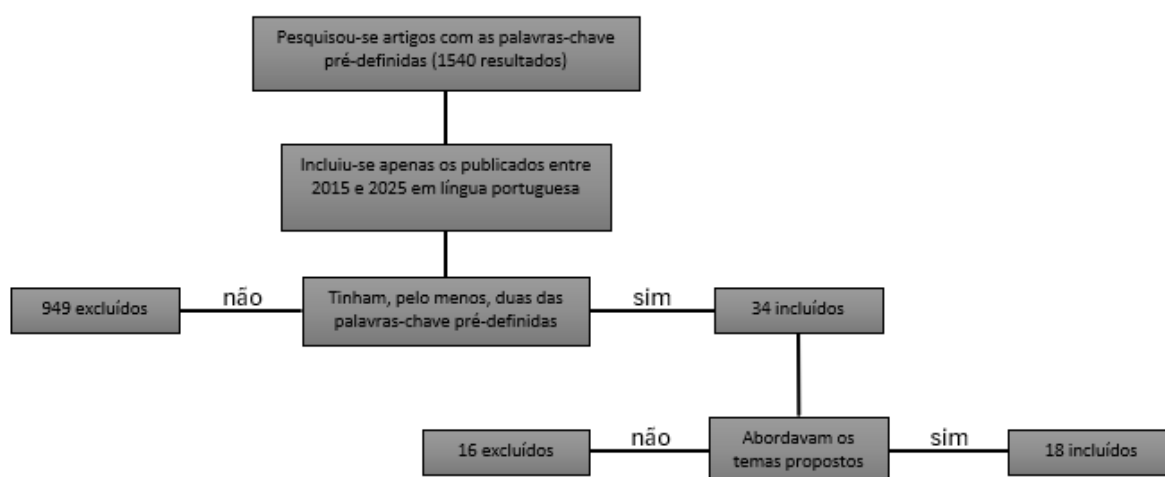
Complementarmente, a pesquisa descritiva tem como objetivo registrar, analisar e interpretar com precisão os fatos observados, buscando retratar as características de determinados grupos sociais, comportamentos ou fenômenos, sem que haja interferência do pesquisador no ambiente estudado (Gil, 2008). Tal característica se mostra pertinente ao propósito deste trabalho, que visa compreender os padrões financeiros dos aposentados no Brasil a partir de dados já consolidados.

Gil (2008) explica que a pesquisa exploratória é apropriada quando se busca aprofundar o conhecimento sobre um problema ainda pouco compreendido, sendo útil para formular hipóteses e direcionar investigações futuras.

PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas no Google Acadêmico, utilizando, para a seleção, artigos que continham as seguintes palavras no título do trabalho: aposentadoria, velhice, terceira idade, educação financeira, finanças pessoais, planejamento financeiro ou planejamento pessoal. A aplicação de filtros ocorreu para artigos publicados em língua portuguesa no período de 2015 a 2025 e, em seguida, empregou-se um sistema de inclusão e exclusão com base nos critérios de presença de, pelo menos, duas das palavras-chave e na abordagem direta do tema proposto, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Após a aplicação dos critérios de filtragem, restaram 18 artigos, os quais serão utilizados na análise dos dados (Quadro 1). Desses, doze artigos (66,67%) tiveram suas publicações a partir de 2020, enquanto apenas seis (33,33%) possuem data de publicação entre 2015 e 2019.

Quadro 1 – Artigos analisados

Nº do Artigo ▾	Autores ▾	Ano ▾	Título ▾
Artigo 1	Thamires Martins Barbosa	2019	A Educação Financeira como Recurso no Planejamento para a Aposentadoria
Artigo 2	Daniela da Costa Silva Vinicius de Souza Moreira Pedro José Papandréa	2022	Aposentadoria: Uma Meta a ser Planejada
Artigo 3	Jônatas Dietrich	2016	Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior
Artigo 4	Carlos Vinicius Louza Gomes Murilo Nicolini Gaigher Rodrigo da Vitória Gomes	2025	A Educação Financeira como Instrumento para o Planejamento da Aposentadoria e a Sustentabilidade da Previdência Social no Brasil
Artigo 5	Victor Adriano Kuskowski	2023	Planejamento Financeiro Familiar: Organização, Investimento e Aposentadoria
Artigo 6	Lucas Inácio de Lima Hugo Azevedo Rangel de Moraes	2024	A Importância da Educação Financeira na Prevenção do Superendividamento de Idosos por Empréstimos Consignados
Artigo 7	Eduardo Soares	2021	Planejamento e percepções das finanças pessoais em relação à previdência pela população da grande Porto Alegre
Artigo 8	Daniela da Costa Silva Pedro Jose Papandrea Vinicius de Souza Moreira	2024	Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Um Estudo com os Discentes da Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha-MG
Artigo 9	Mariângela da Silva Rufino	2019	Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Um Estudo com os Docentes da UFPB
Artigo 10	Luana Carolina Reis Milca Oliveira Borgis Valdilene Gonçalves Machado Silva	2021	Educação financeira: Aposentadoria sob a ótica dos acadêmicos de uma universidade pública do centro oeste de Minas Gerais
Artigo 11	Fernando Gomes Oliveira	2019	Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários dos Correios em João Pessoa
Artigo 12	Thaís Cravo Schuabb Lucia Helena de Freitas Pinho França	2020	Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia
Artigo 13	Rodrigo Lima da Cruz	2015	Plano de Poupança Voltado para Aposentadoria
Artigo 14	Paulo Roberto Bednarchuk Filho	2018	Planejamento Financeiro Pessoal e Modalidades de Investimentos Financeiros
Artigo 15	Cleberison Ribeiro Israel	2023	Perspectivas Financeiras na Aposentadoria de Servidores Públicos do Executivo Federal: A Educação Financeira Suplente à Previdência Pública
Artigo 16	Fabício de Miranda Ataíde	2022	Economia Comportamental: Impactos da Educação Financeira em Decisões Sobre Consumo e Poupança com Vistas à Aposentadoria
Artigo 17	Kelmara Mendes Vieira Taiane Keila Matheis Arthur Silveira Menna Barreto Natali Morgana Cassola	2024	Se arrependimento matasse: diferenças de percepção quanto à preparação financeira para a aposentadoria entre aposentados e não aposentados
Artigo 18	Viviane Areva Rodrigues Carolina Freddo Fleck Vanessa Rabelo Dutra	2024	Isso poderá não ser suficiente - I(P)NSS: reflexões sobre aposentadoria, trabalho e planejamento financeiro dos estudantes da Universidade Federal do Pampa

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Para a análise da pesquisa utilizou-se como instrumento o *software* de código aberto adequado – IraMuteq – para abordagens que podem envolver tanto aspectos qualitativos quanto quantitativas. Desta maneira o *software* “Interface de R pour lês

Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires” (IraMuteq, versão 3.6.3) é adequado para esta pesquisa por ser de acesso livre, rápido, gratuito e eficiente para atingir, de forma exploratória, o objetivo do estudo (Camargo; Justo, 2013). Os principais outputs considerados como análise textual foram: Nuvem de palavra, Classificação Hierárquica Descendente (CHD), seguida da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Análise de Similitude (Braga; Lima, 2022).

Outro instrumento utilizado no trabalho foi o uso da inteligência artificial (IA) – Chatgpt 4.0 – para algumas finalidades, a saber: correção ortográfica e textual da escrita científica, deixando o texto mais coerente e conciso, respeitando a escrita original sem alteração de sua essência; e, para auxiliar na agilidade do processo analítico do conjunto de artigos que compuseram cada classe de resultados fornecidos pelo IraMuteq. Nesse último caso, a IA auxiliou na elaboração de quadros consolidados das especificidades do conjunto de textos obtidos, em que foi necessário confirmar com a leitura final das conclusões dos trabalhos, de modo a evitar a inclusão de informações inexistentes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

NUVEM DE PALAVRAS

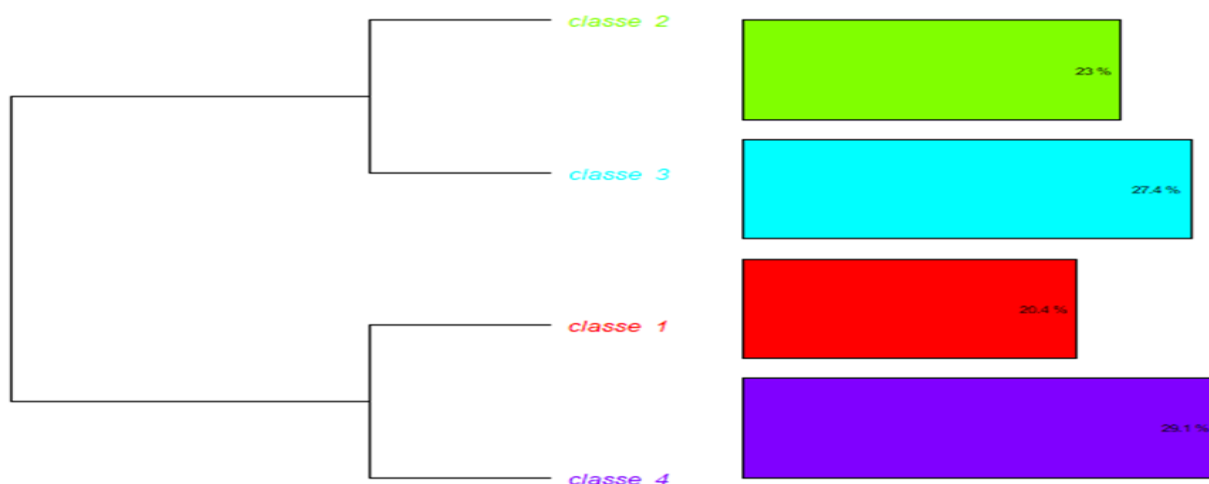
Através do *software* IRAMUTEQ e, com a separação de *corpus* de 18 unidades de textos iniciais (UCE’S), com 310 segmentos de textos (ST), foi possível classificar 230, o que representa 74,19%, ou seja, próximo ao limite do percentual aceitável (75%) para prosseguir nas análises (Camargo; Justo, 2013; Braga; Lima, 2022).

A análise por meio de nuvem de palavras exposto na Figura 2 permite visualizar um conjunto de vocábulos organizados e estruturados com base em repetições ao longo do corpo textual analisado, em que o tamanho das palavras representa sua relevância (Salvati, 2017). Deve-se ressaltar que as palavras maiores são aquelas com maior frequência ou importância no corpus analisado. Com o auxílio do *software* IRAMUTEQ, foi possível gerar essa representação gráfica a partir do conteúdo dos artigos revisados, permitindo análises de correspondência, de classes textuais e de conteúdo, o que facilitou a exploração semântica e lexicográfica dos dados.

Desta maneira, observa-se que os termos mais recorrentes e significativos são posicionados no centro da nuvem, com tamanho ampliado, enquanto palavras menos

representa 20,4% e a classe 4 (roxa) 29,1%, totalizando 49,5% do *corpus*. Essa distribuição evidencia uma divisão equilibrada entre os *subcorpus*, possibilitando uma análise comparativa entre os temas predominantes em cada conjunto textual.

Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do *software* IRAMUTEQ (2025)

Neste momento, é essencial destacar que a proximidade entre as classes no dendrograma está diretamente relacionada ao grau de conexão textual que elas compartilham. Em outras palavras, quanto mais próximas estiverem, mais forte será a relação temática entre os assuntos abordados nos textos que as compõem. Isso indica que os artigos agrupados, por exemplo, nas classes 2 e 3, mantêm entre si uma interlocução mais estreita do que com as demais classes identificadas, refletindo maior convergência de conteúdos e enfoques (Camargo; Justo, 2013; Braga; Lima, 2022).

A análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), realizada com o auxílio do *software* IRAMUTEQ, permitiu a identificação de quatro classes temáticas distintas, que agrupam os artigos analisados conforme a similaridade de seus conteúdos e abordagens teóricas e empíricas sobre planejamento financeiro para aposentadoria.

Tabela 1 – Composição das classes segundo artigos analisados

Classe 1 (vermelho)	Classe 2 (verde)	Classe 3 (azul)	Classe 4 (roxo)
Artigo 4 (Carlos Vinicius Louza Gomes; Murilo Nicolini Gaigher; Rodrigo da Vitória Gomes)	Artigo 2 (Daniela Da Costa Silva; Vinicius De Souza Moreira; Pedro José Papandréa)	Artigo 1 (Thamires Martins Barbosa)	Artigo 5 (Victor Adriano Kuskowski)
Artigo 6 (Lucas Inácio de Lima; Hugo Azevedo Rangel de Moraes)	Artigo 3 (Jônatas Dietrich; Gabriel Machado Braido)	Artigo 10 (Luana Carolina Reis; Milca Oliveira Borgis; Valdilene Gonçalves Machado Silva)	Artigo 9 (Mariângela Da Silva Rufino)
Artigo 12 (Thaís Cravo Schuabb; Lucia Helena de Freitas Pinho França)	Artigo 7 (Eduardo Soares)	Artigo 11 (Fernando Gomes Oliveira)	Artigo 13 (Rodrigo Lima Da Cruz)
Artigo 15 (Cleberson Ribeiro Israel)	Artigo 8 (Daniela da Costa Silva; Pedro Jose Papandrea; Vinicius de Souza Moreira)	Artigo 14 (Paulo Roberto Bednarchuk Filho)	Artigo 18 (Viviane Areva Rodrigues; Carolina Freddo Fleck; Vanessa Rabelo Dutra)
		Artigo 16 (Fabrício de Miranda Ataíde)	
		Artigo 17 (Kelmara Mendes Vieira; Taiane Keila Matheis; Arthur Silveira Menna Barreto; Natali Morgana Cassola)	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Classe 1 (Vermelho): Políticas públicas, educação financeira formal e inclusão social

Essa classe reúne os artigos 4 (Gomes; Gaigher; Gomes, 2025), 6 (Lima; Moraes, 2024), 12 (Schuabb; França, 2020) e 15 (Israel, 2023). Os textos desta categoria tratam majoritariamente de questões estruturais e institucionais relacionadas à educação financeira, com ênfase em políticas públicas,

sustentabilidade da Previdência Social, inclusão da população idosa e necessidade de ampliação da alfabetização financeira no Brasil. Destacam-se as discussões sobre a importância de intervenções governamentais, da educação formal e da ampliação das estratégias pedagógicas para grupos vulneráveis, como idosos e servidores públicos.

Gomes, Gaigher e Gomes (2025) defendem que o fortalecimento da educação financeira deve perpassar desde a educação básica até o ambiente corporativo, citando experiências internacionais como o Canadá e enfatizando a necessidade de articulação entre governo, setor privado e instituições de ensino para preparar os cidadãos diante do envelhecimento populacional. Schuabb e França (2020) complementam essa perspectiva ao criticar o déficit de alfabetização financeira nacional e argumentar que o planejamento previdenciário deve ser tratado como questão coletiva e multidisciplinar, com esforços combinados para romper a cultura imediatista predominante na sociedade brasileira.

Lima e Moraes (2024) alertam para o superendividamento da população idosa causado por empréstimos consignados, defendendo programas de educação financeira adaptados às limitações dessa faixa etária e regulamentações mais firmes para protegê-los de ofertas abusivas de crédito. Israel (2023) identifica problema similar entre servidores públicos federais, onde a falta de informação clara sobre reformas previdenciárias gera insegurança e inércia, sugerindo que a inclusão estruturada da educação financeira na formação dos servidores poderia promover maior autonomia na gestão da aposentadoria e minimizar os impactos negativos das mudanças legislativas constantes.

Tabela 2 – Elementos de destaque nos artigos da classe 1

Artigo	Foco Específico	Destaque
Artigo 4	Sustentabilidade da Previdência Social	Enfatiza o papel estratégico da educação financeira na sustentabilidade do sistema. Defende articulação entre governo, setor privado e escolas desde a infância.
Artigo 6	Idosos e superendividamento	Denuncia práticas abusivas em empréstimos consignados e defende

		programas adaptados à realidade cognitiva dos idosos.
Artigo 12	Revisão sistemática sob a ótica psicológica	Destaca a dificuldade cultural e comportamental dos brasileiros em planejar o futuro. Propõe abordagens interdisciplinares e intervenção em recursos humanos.
Artigo 15	Servidores públicos federais	Mostra os efeitos das reformas previdenciárias nos servidores. Apresenta plano teórico de ação para educação financeira e complementação de aposentadoria.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Classe 2 (Verde): Comportamento financeiro e planejamento individual

Formada pelos artigos 2 (Silva; Moreira; Papandréa, 2022), 3 (Dietrich; Braidó, 2016), 7 (Soares, 2021) e 8 (Silva; Papandréa; Moreira, 2024), esta classe concentra estudos que abordam o comportamento individual em relação ao planejamento financeiro, especialmente de estudantes universitários e de grupos economicamente ativos. Os trabalhos aqui agrupados discutem a percepção do risco previdenciário, o nível de conhecimento sobre finanças pessoais e a disposição para realizar investimentos previdenciários complementares. A carência de educação financeira prática e o distanciamento temporal da aposentadoria são fatores que dificultam o planejamento efetivo detectado nestas pesquisas.

Silva, Moreira e Papandréa (2022) e Silva, Papandréa e Moreira (2024) identificam que universitários reconhecem a necessidade de se preparar para a aposentadoria, mas adiam essa preparação por considerá-la distante, sendo a falta de conhecimento sobre investimentos e diferenciação entre regimes previdenciários um fator limitante significativo. Dietrich e Braidó (2016) corroboram essa relação ao demonstrar que maior conhecimento financeiro resulta em melhor planejamento, destacando a previdência privada como principal instrumento utilizado pelos respondentes mais preparados.

Soares (2021) evidencia a desconfiança no sistema previdenciário público e um abismo entre a consciência da necessidade de planejamento e sua execução prática,

atribuindo essa lacuna à deficiência educacional financeira. Os estudos indicam ainda que quando o planejamento ocorre, geralmente é influenciado por familiares ou professores e concentra-se em aplicações de renda fixa, enquanto a ausência de planejamento é justificada pela falta de renda ou conhecimento, reforçando a necessidade de intervenções educacionais estruturadas.

Tabela 3 – Elementos de destaque nos artigos da classe 2

Artigo	Foco Específico	Destaque
Artigo 7	Relação entre percepções e práticas financeiras na Grande Porto Alegre	Mesmo reconhecendo a importância do planejamento, a prática é baixa; há desconfiança no sistema previdenciário.
Artigo 2	Importância do planejamento financeiro frente à longevidade e limitações do INSS	Planejamento é reconhecido como necessário, mas pouco praticado; jovens consideram aposentadoria um tema distante.
Artigo 3	Nível de conhecimento financeiro entre alunos de pós-graduação e sua relação com o planejamento para aposentadoria	Planejamento para aposentadoria está associado ao conhecimento sobre finanças e previdência.
Artigo 8	Comportamento e percepção de universitários da Unifal sobre aposentadoria e investimentos	Maioria reconhece a importância, mas falta segurança e recursos; principal influência vem de professores e familiares.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Classe 3 (Azul): Conhecimento financeiro prático e escolha de investimentos

Nesta classe estão os artigos 1 (Barbosa, 2019), 10 (Reis; Borgis; Silva, 2021), 11 (Oliveira, 2019), 14 (Bednarchuk Filho, 2018), 16 (Ataíde, 2022) e 17 (Vieira *et al.*, 2024). As pesquisas desse grupo enfatizam o papel do conhecimento prático de finanças na escolha de instrumentos de poupança e investimento, bem como os fatores comportamentais que influenciam as decisões financeiras dos indivíduos. Observa-se ainda uma abordagem voltada à análise do nível de letramento financeiro e suas implicações para o acúmulo de reservas voltadas à aposentadoria.

Barbosa (2019) identifica que, apesar da preocupação dos jovens com a reforma previdenciária, poucos efetivamente investem para o futuro, sendo a renda familiar um fator determinante nessa capacidade de poupança. Corroborando essa

perspectiva, Reis, Borgis e Silva (2021) demonstram que mesmo acadêmicos com conhecimento em educação financeira não formam reservas para aposentadoria, justificando essa postura pelo imediatismo juvenil e pela percepção de que a aposentadoria é algo distante.

O comportamento inadequado se estende também aos trabalhadores mais experientes, como evidenciado por Oliveira (2019) no estudo com funcionários dos Correios, que reduziram suas contribuições previdenciárias após prejuízos no fundo Postalís, revelando equívocos na percepção de risco e insegurança na gestão de recursos próprios.

Os estudos apontam que a deficiência na educação financeira constitui a raiz do problema. Bednarchuk Filho (2018) atribui a escassa cultura de controle financeiro dos brasileiros à ausência de educação financeira na formação básica, embora reconheça sinais de mudança com o crescimento de pequenos investidores no Tesouro Direto. Ataíde (2022) reforça empiricamente essa relação, demonstrando através de experimentos comportamentais que indivíduos com maior letramento financeiro tomam decisões de poupança mais eficientes.

Por fim, Vieira *et al.* (2024) alertam para a perpetuação do problema ao comparar aposentados e trabalhadores ativos, identificando baixo nível de preparação em ambos os grupos e destacando como fatores sociodemográficos como gênero, raça e renda influenciam diretamente o preparo financeiro, sinalizando que uma nova geração de aposentados despreparados está se formando sem mudanças estruturais significativas.

Tabela 4 – Elementos de destaque nos artigos da classe 3

Artigo	Foco Específico	Destaque
Artigo 1	Preparo dos jovens para a aposentadoria e relação com a renda familiar.	Apesar da preocupação, jovens com menor renda têm menor capacidade de investir e ainda confiam majoritariamente no INSS.
Artigo 10	Conhecimentos financeiros e comportamento de acadêmicos sobre formação de reserva para aposentadoria.	Acadêmicos têm conhecimento sobre finanças, mas a maioria ainda não iniciou a formação de reserva para aposentadoria.

Artigo 11	Planejamento dos funcionários dos Correios diante da crise no Postalís.	Após prejuízos no Postalís, muitos deixaram ou reduziram contribuição; maioria não se sente segura para gerir as próprias finanças.
Artigo 14	Importância da educação financeira e mudança de perfil de tomador de crédito para investidor no Brasil.	Apesar da cultura de dependência do governo, cresce o número de pequenos investidores no Tesouro Direto.
Artigo 16	Impacto da literacia financeira nas decisões de consumo e poupança visando aposentadoria.	Apenas indivíduos com maior conhecimento financeiro pouparam acima da meta; grupo com menor letramento teve pior desempenho.
Artigo 17	Percepções de ativos e aposentados sobre preparação financeira e influência de fatores socioeconômicos.	Ativos e aposentados não se prepararam adequadamente para aposentadoria; grupos vulneráveis sentem-se mais despreparados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Classe 4 (Roxo): Gestão orçamentária familiar e planejamento de longo prazo

Por fim, a Classe 4 agrupa os artigos 5 (Kuskowski, 2023), 9 (Rufino, 2019), 13 (Cruz, 2015) e 18 (Rodrigues; Fleck; Dutra, 2024). Os trabalhos desta categoria concentram-se nas práticas de organização do orçamento familiar, controle de dívidas, definição de metas financeiras e busca de equilíbrio entre consumo presente e futuro. Essa classe destaca a importância da disciplina orçamentária no ambiente doméstico como base essencial para o sucesso do planejamento previdenciário, bem como a influência de fatores como expectativas profissionais e familiares no processo de tomada de decisão.

Kuskowski (2023) relaciona o alto endividamento das famílias brasileiras à falta de planejamento, propondo etapas práticas como definição de metas e controle de despesas para alcançar estabilidade financeira. Essa abordagem prática encontra respaldo no estudo de Rufino (2019) com docentes da UFPB, que revela um perfil conservador de investimentos motivado pela manutenção do padrão de vida na aposentadoria, demonstrando como o conhecimento financeiro, mesmo mediano, contribui para melhores decisões de investimento.

Cruz (2015) demonstra através de estudo de caso como aportes mensais regulares podem garantir segurança financeira na velhice, defendendo esses

princípios como fundamentais mesmo para pessoas com rendas modestas. Complementando essa perspectiva, Rodrigues, Fleck e Dutra (2024) identificam que as expectativas profissionais dos estudantes influenciam diretamente seu comportamento de poupança, com aqueles que confiam em sua empregabilidade futura iniciando o planejamento mais cedo, embora uma parcela significativa ainda permaneça dependente exclusivamente do INSS para sua aposentadoria.

Tabela 5 – Elementos de destaque nos artigos da classe 4

Artigo	Foco Específico	Destaque
Artigo 5	Organização do orçamento familiar, controle de dívidas e investimentos para aposentadoria.	O estudo enfatiza que o equilíbrio entre ganhos e gastos e o planejamento familiar são essenciais para evitar dívidas e garantir estabilidade futura.
Artigo 9	Fatores determinantes no planejamento financeiro para aposentadoria entre docentes da UFPB.	Dos docentes analisados, 58,7% fazem planejamento para aposentadoria; maioria dos que não fazem pretendem fazê-lo futuramente.
Artigo 13	Estudo de caso sobre planejamento financeiro de longo prazo frente às lacunas da previdência pública.	O planejamento financeiro desde cedo é apontado como essencial para garantir renda complementar na aposentadoria e liberdade futura.
Artigo 18	Expectativas de aposentadoria entre estudantes universitários diante da reforma previdenciária de 2019.	Embora muitos estudantes realizem algum planejamento, 45,6% ainda não o fazem; expectativa positiva depende da empregabilidade futura.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

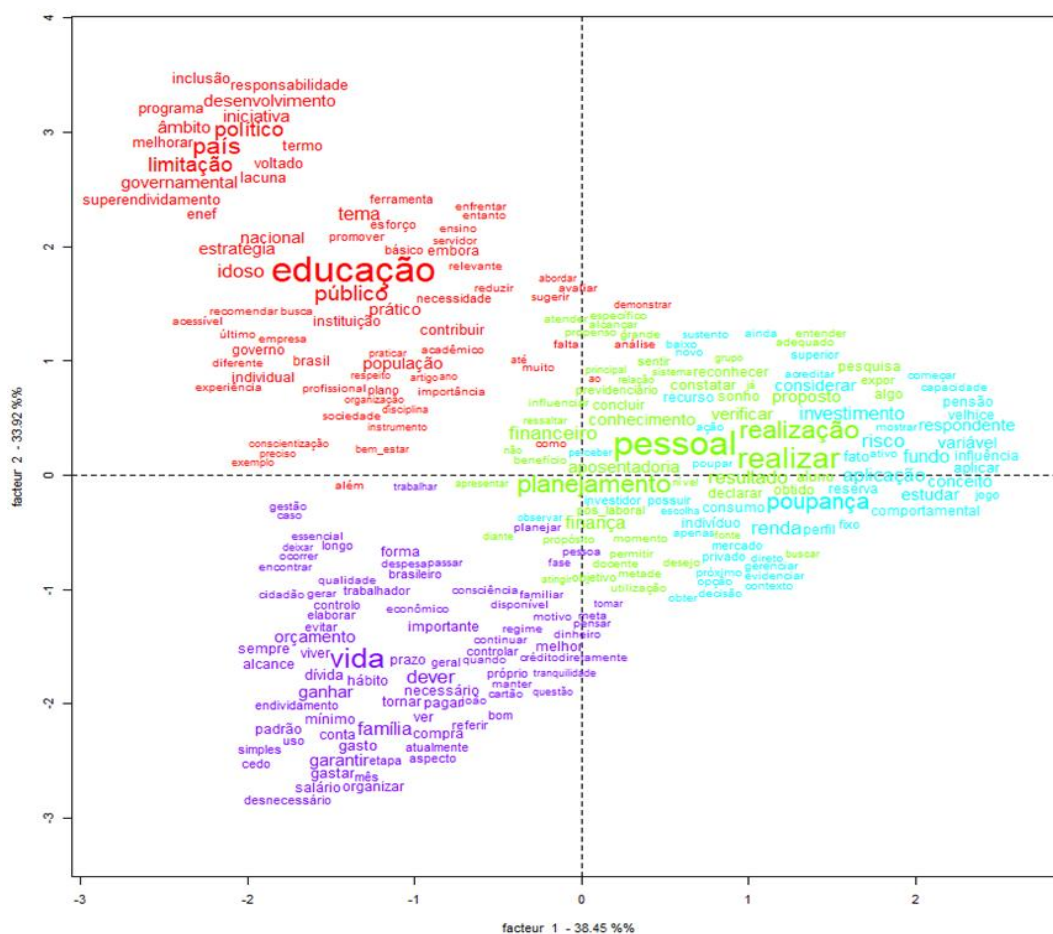
ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIAS (AFC)

Além disso, foi aplicada a Análise Fatorial de Correspondências (AFC), que, apesar de sua complexidade metodológica, possibilita uma melhor visualização da distribuição dos termos lexicais em seus respectivos campos léxico-semânticos, organizados em classes ou categorias. A interpretação da AFC baseia-se no princípio de que, quanto mais próximas estiverem as classes no gráfico, maior será a relação entre os temas por elas abordados.

Como ilustrado na Figura 4, observa-se que algumas classes apresentam sobreposição ou proximidade, como é o caso da classe 2 (verde) e da classe 3 (azul),

o que indica que os artigos agrupados nessas categorias compartilham afinidades temáticas. Por outro lado, tanto a classe 1 (vermelha) quanto a classe 4 (roxa), embora tratem da temática do planejamento financeiro para a aposentadoria, demonstram menor interação com os demais temas, mantendo-se mais isoladas no plano fatorial (quadrantes superior e inferior esquerdo).

Figura 4 – Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* IRAMUTEQ.

Ainda é possível observar que, nas extremidades dos quadrantes do plano fatorial, alguns termos aparecem de forma mais isolada, sem conexão com palavras oriundas de outros textos da análise. Esse fenômeno pode indicar lacunas teóricas no *corpus* analisado, sugerindo oportunidades para investigações futuras que explorem esses pontos pouco abordados.

ANÁLISE DE SIMILITUDE (AS)

aparece relacionada a termos como “realizar”, “possível” e “objetivo”, indicando o direcionamento dos textos à concretização de metas financeiras ligadas à fase da aposentadoria.

As discussões presentes nas conclusões dos artigos analisados revelam elementos comuns e recorrentes. Primeiramente, destaca-se a relação direta entre o nível de renda e o planejamento para a aposentadoria. Jovens e pessoas de menor poder aquisitivo demonstram preocupação com o futuro, mas enfrentam barreiras práticas para efetivar um plano de aposentadoria, como apontado por Barbosa (2019) e Silva, Moreira e Papandréa (2022).

Outro ponto central é a influência do conhecimento financeiro na predisposição para o planejamento. Estudos como os de Dietrich e Braido (2016) e Ataíde (2022) confirmam que indivíduos com maior letramento financeiro tendem a tomar decisões mais acertadas sobre poupança e investimento, o que repercute diretamente na formação de reservas para o futuro. Em contrapartida, grupos que possuem menos acesso à educação financeira, como idosos (Lima e Moraes, 2024) e universitários de baixa renda (Reis, Borgis e Silva, 2021), demonstram insegurança quanto às escolhas relacionadas à aposentadoria.

As reformas da Previdência Social também influenciam significativamente o comportamento da população. Soares (2021), Israel (2023) e Rodrigues, Fleck e Dutra (2024) relatam uma crescente desconfiança da população em relação à capacidade do sistema previdenciário em garantir um benefício digno. Essa percepção incentiva, ainda que de forma incipiente, a busca por alternativas privadas de previdência, como fundos e investimentos em renda fixa e variável.

Contudo, mesmo entre grupos mais instruídos, como docentes universitários (Rufino, 2019) e funcionários de empresas públicas (Oliveira, 2019), observa-se uma lacuna importante no domínio de estratégias financeiras eficazes, o que evidencia a necessidade de formação continuada em finanças pessoais. As pesquisas também destacam a importância de políticas públicas para o fortalecimento da educação financeira, especialmente desde o ensino básico (Gomes, Gaigher e Gomes, 2025; Schuabb e França, 2020).

Portanto, as evidências apontam para um cenário em que a educação financeira não é apenas um diferencial, mas uma condição fundamental para o

planejamento de uma aposentadoria segura. É urgente que iniciativas governamentais, educacionais e empresariais se articulem para promover a alfabetização financeira da população, contribuindo para a autonomia e estabilidade financeira ao longo da vida. A integração entre educação formal, políticas públicas e acesso a informações claras sobre investimentos pode transformar uma realidade preocupante em uma oportunidade de desenvolvimento individual e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as principais discussões e contribuições dos estudos brasileiros recentes que abordam a temática educação financeira e aposentadoria dos brasileiros. Esse objetivo foi alcançado a partir da revisão bibliográfica realizada entre 2015 e 2025, constatou-se que os principais fatores que comprometem o planejamento financeiro dos idosos brasileiros estão associados à baixa alfabetização financeira, à confiança excessiva no sistema previdenciário público e à limitada cultura de planejamento de longo prazo.

Os resultados obtidos evidenciam a presença de fatores recorrentes nos estudos analisados, tais como a ausência de educação financeira formal, o comportamento impulsivo de consumo e o uso inadequado de ferramentas de crédito, especialmente o consignado, que se tornaram fontes de endividamento crônico para a população idosa. A falta de preparo financeiro, identificada tanto entre jovens quanto entre trabalhadores em atividade, amplia o risco de dificuldades econômicas no período da aposentadoria.

Além disso, a pesquisa apontou que mesmo entre aqueles com maior escolaridade ou inserção no mercado formal de trabalho, como servidores públicos e docentes universitários, há uma lacuna no conhecimento prático sobre gestão financeira pessoal e investimentos voltados para a aposentadoria. Esse quadro revela a insuficiência de políticas públicas que integrem a educação financeira à formação dos cidadãos desde a educação básica até o ambiente profissional.

Este estudo também identificou a influência do contexto socioeconômico e histórico brasileiro nessa temática, como o impacto da hiperinflação vivida nas décadas passadas, na formação de hábitos financeiros pouco voltados à poupança e ao investimento de longo prazo. Tais aspectos contribuem para a perpetuação de um

ciclo de vulnerabilidade econômica que afeta significativamente a qualidade de vida dos idosos.

Nesse sentido, mostra-se que é fundamental promover a disseminação da educação financeira como política pública prioritária, bem como estimular a adoção de práticas conscientes de gestão financeira desde os primeiros anos de vida produtiva. Somente a integração de esforços entre governo, instituições financeiras, empresas e sociedade civil poderá reverter o quadro atual e garantir aos futuros aposentados maior segurança e autonomia financeira.

Considerando aspectos limitadores neste estudo, pode-se destacar o fato da taxa de aproveitamento do corpus ser de 74,19%, que poderia ser maior. Como perspectiva futura, destaca-se a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre o tema, especialmente aquelas que envolvam métodos quantitativos e qualitativos combinados, bem como investigações que contemplem diferentes regiões do país e faixas socioeconômicas variadas. Além disso, lacunas ainda existentes na literatura reforçam a importância de se produzir conhecimento aplicado, a fim de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES-BRAGA, F.D.M.A. AND VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. "Help me, I can't afford it! Antecedents and consequence of risky indebtedness behaviour", **European Journal of Marketing**, v. 54 n. 9, p. 2223-2244, 2020.

ANDRADE, M. V.; NORONHA, K.; OLIVEIRA, T. B. Determinantes dos Gastos das Famílias com Saúde no Brasil. **Economica**, v. 7, n. 3, p. 485–508, 2006.

ATAÍDE, F. de M. **Economia comportamental: impactos da educação financeira em decisões sobre consumo e poupança com vistas à aposentadoria**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4944>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BARBOSA, T. M. **A educação financeira como recurso no planejamento para a aposentadoria**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14442/1/TMBarbosa.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2025.

BARROS, M. B. de A. *et al.* Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD: 2003- 2008. **Ciência e saúde coletiva**, v. 16, n. 9, p. 3755-3768, 2011.

BEDNARCHUK FILHO, P. R. **Planejamento financeiro pessoal e modalidades de investimentos financeiros**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/19592>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BOING, A. C.; *et al.* **Influência dos gastos em saúde no empobrecimento de domicílios no Brasil**. 2014. Disponível em: https://www.scielo.org/pdf/rsp/v48n5/pt_0034-8910-rsp-48-5-0797.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRAGA, F. L. P.; LIMA, F. A. X. O desenvolvimento rural a partir de estudos e de trabalhos científicos brasileiros (2000-2019): análise lexical por meio do *software* IRAMUTEQ. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 53, n. 1, p. 26-44, 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Boletim Estatístico da Previdência Social - Dezembro/2024**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/beps122024_final.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CRUZ, R. L. da. **Plano de poupança voltado para aposentadoria**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/35090>. Acesso em: 04 jun. 2025.

DIAS, E. I.; SILVA, A. C. M. D. Alfabetização financeira e planejamento de aposentadoria no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 3, p.1-22, 2024

DIETRICH, J.; BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal para aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, p. 29–31, 2016.

DOREA, F. F.; SILVA, M. C.; BAPTISTA, J. A. A. The importance of financial education for the individual in brazil. **South American Development Society Journal**, v. 4, n. 12, p. 66-79, 2018.

FAUSTINO, C. G.; *et al.* Income and out-of-pocket health expenditure in living arrangements of families with older adults in Brazil. **Cadernos De Saude Publica**, v. 36, n. 3, p. e00040619, 2020.

- FLORIANO, M. D. P.; FLORES, S. A. M.; ZULIANI, A. L. B. Educação Financeira ou Alfabetização Financeira: Quais as Diferenças e Semelhanças? **Revista eletrônica Ciências da Administração e Turismo**, v. 8, n. 1, p. 16-33, 2020.
- FONG, J. H.; *et al.* Financial literacy and financial decision-making at older ages. **Pacific-basin Finance Journal**, v. 65, p. 101481, 2021.
- FOX-DICHTER, S.; *et al.* **Strategies for Debt Reduction: Comparing Financial Tips and Financial Counseling**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7936/AXZT-YQ66>. Acesso em: 24 mai. 2025.
- GARCIA, L. P.; *et al.* **Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil: perfil e desigualdades dos gastos das famílias, segundo as pesquisas de orçamentos familiares 2002-2003 e 2008-2009**. Texto para Discussão, 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91205/1/751115746.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, C. V. L.; GAIGHER, M. N.; GOMES, R. A educação financeira como instrumento para o planejamento da aposentadoria e a sustentabilidade da previdência social no Brasil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 26 abr. 2025.
- ISRAEL, C. R. **Perspectivas financeiras na aposentadoria de servidores públicos do executivo federal: a educação financeira suplente à previdência pública**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/33390>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- KUSKOWSKI, V. A. **Planejamento financeiro familiar: organização, investimento e aposentadoria**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Empresarial). Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/17156>. Acesso em: 01 jun. 2025.
- LIMA-COSTA, M. F.; MATOS, D. L.; CAMARANO, A. A. Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). **Ciência & saúde coletiva**, v. 11, n. 4, p. 941-950, 2006.

LIMA, L. I. de; MORAIS, H. A. R. de. A importância da educação financeira na prevenção do superendividamento de idosos por empréstimos consignados. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 3366–3367, 2024.

LUSARDI, A. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. **Swiss journal of economics and statistics**, v. 155, n. 1, p. 1-8, 2019.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Older Adult Debt and Financial Frailty. **Social Science Research Network**, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/SSRN.2376493>. Acesso em: 24 mai. 2025.

MELO, L. G. E. S. **O superendividamento do consumidor idoso: uma análise da hipervulnerabilidade, do direito à informação e do consumo de crédito**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11617/1/51400044.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MORAES, R. M. de.; *et al.* Gastos das famílias com planos de saúde no Brasil e comprometimento da renda domiciliar: uma análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017/2018). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00354320, 2022.

OLIVEIRA, F. G. **Análise do planejamento financeiro para aposentadoria dos funcionários dos Correios em João Pessoa**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16220>. Acesso em: 03 jun. 2025.

OLIVEIRA, G. C.; DEMITO, A. R.; SILVA, A. C. M. da. Financial health and financial literacy: case study in a mining company in the northern region of Brazil. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 47, p. 163–179. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial da saúde: o financiamento da cobertura universal**. Genebra; 2010. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44371/9789899717848_por.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

REIS, L. C.; BORGIS, M. O.; SILVA, V. G. M. Educação financeira: aposentadoria sob a ótica dos acadêmicos de uma universidade pública do centro oeste de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e184910111638, 2021.

RODRIGUES, V. A.; FLECK, C. F.; DUTRA, V. R. Isso poderá não ser suficiente - I(P)NSS: reflexões sobre aposentadoria, trabalho e planejamento financeiro dos estudantes da Universidade Federal do Pampa. **Revista de Ciências da Administração Pública**, v. 14, n. 1, p. 141-167, 2024.

RUFINO, M. S. **Planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com os docentes da UFPB**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Atuariais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

Disponível em: <http://plone.ufpb.br/atuariais/contents/documentos/mariangela-rufino-colocar-no-cd.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS, R. A. T.; RODRIGUES, W.; NUNES, C. Os efeitos da educação financeira no comportamento de consumo: Um estudo com idosos de baixa renda. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e47710515269-e47710515269, 2021.

SCHUABB, T. C.; FRANÇA, L. H. de F. P. Planejamento financeiro para a aposentadoria: uma revisão sistemática da literatura nacional sob o viés da Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 73-98, 2020.

SIERADZKI, L. M.; MOREIRA, V. V. Superendividamento: análise acerca da hipervulnerabilidade do consumidor idoso. **Academia de Direito**, v. 3, p. 73-97, 2021.

SILVA, J. M. **Crédito consignado e o risco de endividamento**: Perfil dos servidores e o panorama na Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/RMP/article/view/246021>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, D. D. C.; MOREIRA, V. S.; PAPANDRÉA, P. J. Aposentadoria: uma meta a ser planejada. E-Locução - **Revista Científica da FAEX**, v. 11, n. 22, p. 180–183, 2022.

SILVA, D. C.; MOREIRA, V. S.; PAPANDRÉA, P. J. Planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com os discentes da Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha-MG. **Revista de Gestão e Análise – ReGeA**, v. 13, n. 1, p. 70–86, 2024

SOARES, E. **Planejamento e percepções das finanças pessoais em relação à previdência pela população da grande Porto Alegre**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública e Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/232858>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SOUZA, T. L.; NIEVAS, J. V. Planejamento financeiro pessoal: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira. **Percursos Acadêmicos: revista da PUC Minas**, v. 11, n. 21, p. 1–28, 2021.

VASCONCELOS, A. M.; SILVA, N. M.; FONTES, M. B. O consumo dos serviços de crédito por idosos do programa municipal de terceira idade de Viçosa, MG. **Signos do Consumo**, v. 9, n. 1, p. 94-106, 2017.

VAZ DE MELO, N. C.; TEIXEIRA, K. M. D.; SILVEIRA, M. B. Consumo e perfil social e demográfico dos diferentes arranjos domiciliares de idosos no Brasil: análises a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 5, p. 607–617, 2017.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de saúde pública**, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

VIEIRA, K. M.; *et al.* Se arrependimento matasse: diferenças de percepção quanto à preparação financeira para a aposentadoria entre aposentados e não aposentados. **Revista Facultad de Ciencias Económicas**, v. 32, n. 1, p. 139–155, 2024.

WAGSTAFF, A.; DOORSLAER, E. V. Catastrophe and impoverishment in paying for health care: with applications to Vietnam 1993–1998. **Health economics**, v. 12, n. 11, p. 921-933, 2003.